

REEXAME DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL (EIR) 2019: Seleção de factos importantes relativos ao estado da aplicação da legislação ambiental na Europa

DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E VANTAGENS DO EIR

- O reexame da aplicação da política ambiental visa melhorar a aplicação da política e da legislação da UE no domínio do ambiente, através da identificação das causas que estão na origem das lacunas existentes na aplicação e da abordagem de obstáculos sistémicos à integração ambiental nos diferentes sectores políticos. Analisa os principais desafios que se colocam a cada Estado-Membro, bem como as boas práticas adotadas.
- Quando as regras acordadas em conjunto não são devidamente aplicadas, a Comissão pode intentar uma ação judicial, não existindo muitas vezes alternativa. Contudo, por forma a possibilitar uma aplicação mais eficaz e atempada (os processos por infração da legislação da UE corrigem as infrações depois de serem cometidas), a Comissão criou o reexame da aplicação da política ambiental, com o objetivo de permitir aos Estados-Membros da UE encontrarem soluções à sua medida e com a maior brevidade possível.
- A aplicação da política e da legislação da UE no domínio do ambiente é essencial para um ambiente saudável e pode criar novas oportunidades de desenvolvimento económico e crescimento ecológico.
- Segundo um estudo recente, as lacunas existentes na aplicação da legislação ambiental representam um custo total para a sociedade de cerca de 55 mil milhões de euros ao ano.
- A Comissão está empenhada em apoiar os Estados-Membros a melhorarem a aplicação da legislação ambiental, por exemplo, através da ferramenta PEER 2 PEER e do diálogo bilateral. O êxito destes recursos requer um compromisso ativo por parte das autoridades regionais e locais, bem como das restantes partes envolvidas.

EIR – ECONOMIA CIRCULAR

- Em 2015, a Comissão Europeia adotou um ambicioso Plano de Ação para a Economia Circular, o qual inclui medidas que estimulam a transição da Europa para uma economia circular, impulsionam a competitividade global, promovem o crescimento económico sustentável e criam novos postos de trabalho.



**TAKE THE
INITIATIVE!**

**#EUGreenWeek
13–17 MAY 2019**

- O Plano de ação da UE para a economia circular apresenta um programa concreto e ambicioso, o qual inclui medidas que abrangem todo o ciclo – desde a produção e o consumo até à gestão de resíduos e ao mercado de matérias-primas secundárias – e uma proposta legislativa revista sobre os resíduos. O anexo do plano de ação estabelece o calendário para a conclusão das ações. As ações propostas contribuirão para «fechar o ciclo» de vida dos produtos, através de uma maior reciclagem e reutilização, e são benéficas tanto para o ambiente como para a economia.
- Embora o quadro político da UE para a economia circular tenha sido reforçado, ainda existe margem para melhorar a aplicação em diversas áreas, incluindo a dos resíduos.
- No domínio dos resíduos, cinco Estados-Membros já atingiram a meta de reciclagem de 50% dos resíduos urbanos até 2020, enquanto muitos outros correm risco de não a alcançar.
- A prevenção de resíduos continua a ser um importante desafio: a produção média de resíduos urbanos na UE tem vindo a aumentar desde 2014.

EIR – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- A legislação climática da UE visa contribuir para uma Europa mais resiliente às alterações climáticas, através de uma melhor preparação e de uma maior capacidade de fazer face ao impacto das alterações climáticas aos níveis local, regional, nacional e europeu.
- Em geral, o nível de aplicação da legislação climática é satisfatório em toda a UE. Contudo, deverão ser intensificados os esforços de cada Estado-Membro e ao nível comunitário, a fim de prevenir e/ou minimizar os danos causados pelas alterações climáticas.
- A aplicação integral da legislação climática da UE permitiria reduzir as emissões da UE em cerca de 45% até 2030 (comparativamente com 1990).

EIR – PROTEÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

- A UE já atingiu a meta estabelecida para 2020 na Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas de criar áreas protegidas que cubram 10% das zonas costeiras e marinhas. No que diz respeito à terra, a rede Natura 2000 continuou a expandir-se, abrangendo atualmente 18% das áreas terrestres. Apesar deste avanço, a maioria dos Estados-Membros tem de acelerar as medidas com vista à conclusão e boa gestão da rede Natura 2000.
- Apesar de algum progresso alcançado ao nível local, continua a verificar-se a perda de biodiversidade na UE. Lacunas significativas no desempenho dos



**TAKE THE
INITIATIVE!**

**#EUGreenWeek
13–17 MAY 2019**

Estados-Membros em termos de aplicação, execução, financiamento e integração das políticas têm afetado os esforços para proteger os ecossistemas europeus de pressões, tais como práticas agrícolas inadequadas, a expansão urbana ou a propagação de espécies exóticas invasoras.

EIR – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS

Qualidade do ar/ruído

- Embora a qualidade do ar na Europa tenha melhorado nas últimas décadas, a maioria dos Estados-Membros terá de acelerar a redução das emissões, em especial provenientes dos setores dos transportes e da agricultura, bem como de promover a produção de energia mais limpa.
- Desde 2017, os Estados-Membros e a Comissão têm participado numa série de diálogos focados na qualidade do ar. Até ao final de 2018, foram organizados seis diálogos «Ar Limpo», com vista a abordar desafios específicos na República Checa, Hungria, Irlanda, Luxemburgo, Eslováquia e Espanha.

Emissões industriais

- A Diretiva relativa às emissões industriais visa garantir um elevado nível de proteção da saúde humana e do ambiente, reforçando ao mesmo tempo a inovação e a competitividade. Muitas tecnologias inovadoras têm contribuído para reduzir significativamente as emissões poluentes, mas os desafios mantêm-se: as emissões industriais do setor energético são a principal causa de poluição atmosférica e/ou aquática em onze Estados-Membros, enquanto, em sete países, a maioria das emissões provém do setor da criação de aves de capoeira e suínos e, em dois países, deve-se às indústrias do ferro e do aço. As emissões resultantes do tratamento de resíduos continuam a ser preocupantes em três Estados-Membros.

Água

- Apesar das medidas positivas adotadas por alguns Estados-Membros, resta ainda muito a fazer para cumprir na íntegra os objetivos da legislação comunitária relativa à água, incluindo no domínio das águas residuais urbanas e da gestão de inundações e bacias hidrográficas. São essenciais maiores investimentos, incluindo dos fundos comunitários, para cumprir os objetivos estabelecidos.

Produtos químicos

- Uma gestão respeitadora do ambiente e uma utilização segura das substâncias químicas constituem o foco primordial da legislação da UE relativa aos produtos químicos. Os Estados-Membros estão a reforçar a sua cooperação para aplicarem a legislação.



**TAKE THE
INITIATIVE!**

**#EUGreenWeek
13–17 MAY 2019**

FISCALIDADE ECOLÓGICA, CONTRATOS PÚBLICOS ECOLÓGICOS E FINANCIAMENTO AMBIENTAL

- Os incentivos financeiros e os instrumentos económicos, incluindo a retirada gradual de subsídios prejudiciais ao meio ambiente, oferecem um meio útil e eficaz para alcançar os objetivos ambientais.
- = Em vários Estados-Membros, o principal desafio do financiamento de medidas ambientais é garantir que este se mantém a um nível adequado; noutras, a utilização eficaz dos fundos europeus constitui um problema, com frequência devido a uma reduzida capacidade por parte das administrações.
- Muitas vezes, para alcançar os objetivos ambientais, é necessário um financiamento dedicado – no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), a « proteção do ambiente e eficiência dos recursos» beneficia da dotação mais elevada no período 2014-2020, em 12 Estados-Membros.

GOVERNAÇÃO/INTEGRAÇÃO AMBIENTAL

- Em vários Estados-Membros, as autoridades ambientais debatem-se com falta de pessoal e de recursos, o que afeta a sua capacidade para aplicar e fazer cumprir a legislação.
- Os Estados-Membros ainda podem melhorar a sua governação ambiental global, nomeadamente em termos de transparência, acesso à informação ou garantia de que as ONG podem interpor recursos judiciais em matéria ambiental, bem como em termos de melhoria dos recursos e competências nos diferentes níveis de administração, por forma a aplicar e implementar eficazmente a legislação ambiental.
- Uma melhor integração ambiental poderá ser alcançada se as preocupações ambientais forem tidas em conta na conceção e execução de outras políticas públicas em domínios como a energia, os transportes e a agricultura.
- O TAIEX-EIR PEER 2 PEER é um instrumento para a aprendizagem entre pares que visa melhorar a aplicação da legislação ambiental por parte das autoridades ambientais.
- O intercâmbio de informações entre especialistas, através do TAIEX-EIR PEER 2 PEER, permite tratar todas as questões abordadas pelos relatórios nacionais do EIR, como a economia circular e a gestão de resíduos, a proteção da natureza, a biodiversidade, as infraestruturas verdes e a proteção dos solos, a melhoria da qualidade do ar, a qualidade e gestão da água ou o desenvolvimento urbano sustentável. Permite, ainda, combater as causas profundas comuns das lacunas verificadas na aplicação da legislação, nomeadamente a capacidade administrativa, as competências, os mecanismos de coordenação, o acesso à justiça, a responsabilidade ambiental ou a garantia de conformidade, bem como relatar e



**TAKE THE
INITIATIVE!**

**#EUGreenWeek
13–17 MAY 2019**

partilhar informações sobre o ambiente ou outros aspetos relativos à governação ambiental.

- A estreia do TAIEX-EIR PEER 2 PEER, em 2018, foi bem sucedida. Todos os Estados-Membros estiveram envolvidos em pelo menos um evento, e mais de 50% dos eventos consistiram em sessões de trabalho multinacionais.

Em 2018, foram executados 19 projetos. Até ao presente, a maioria dos projetos P2P diz respeito à economia circular, aos resíduos e à qualidade do ar.



**TAKE THE
INITIATIVE!**

#EUGreenWeek
13–17 MAY 2019